

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa
Fotolitos e Impressão: Joerna

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: (1) 796 97 13

A Europa e o Estado-Nação*

Stuart Woolf

Departamento de História da Universidade de Essex e Instituto Universitário Europeu, Florença

Apesar de afirmações passadas e presentes do «fim da ideologia», vivemos numa época profundamente carregada de ideologia, seja ela proclamada com fé genuína ou com motivos muito menos altruísticos de especulação de mercado. Um dos efeitos secundários disto é a tendência para explicações historicamente superficiais e sobretudo de curto prazo das crises actuais, cuja insuficiência é mais que óbvia. Há pouco mais de um ano — o ano do bicentenário da revolução francesa e do colapso dos regimes comunistas da Europa de Leste —, as explicações históricas daquilo que estava a acontecer estavam permeadas de expectativas ideológicas dum «*brave new world*». Hoje em dia, o nacionalismo está a reemergir nas formas xenófobas do meio século entre 1880 e 1930, a recessão está a perturbar a certeza condescendente dos porta-vozes da economia do mercado ocidental como panaceia universal, a guerra está a mostrar a fragilidade do equilíbrio independente das relações internacionais. A discussão do relacionamento entre a Europa e o Estado-nação mostrou-se superficial e a-histórica.

Em momentos de rápida mudança política e social, os historiadores — tal como os outros investigadores sociais — estão menos confiantes a respeito das suposições nas quais basearam as suas interpretações e voltam com um olhar novo às suas premissas teóricas. Dada a aceleração do ritmo da mudança nos últimos cinquenta anos, os historiadores da minha geração viram-se forçados ou privilegiados (a escolha do termo depende de humores e inclinações pessoais) a reflectir prudentemente e criticamente sobre aquilo que fazem, e isto mais frequentemente e mais continuamente do que os seus predecessores durante os dois séculos anteriores, que na maior parte derivaram uma maior autoconfiança dos valores da sociedade e do tempo em que viveram e através dos quais interpretaram o passado.

Os historiadores sempre gozaram duma posição privilegiada, porque a sua matéria é considerada, pelo público geral, mais acessível e compreensível de que a dos seus colegas das ciências sociais. A história, no fim de contas, está muito próxima da narração — e, de facto, muitos entre o público em geral, tanto gente comum quanto políticos, consideram que ela possui um laço tão ténue quanto a literatura em relação à realidade e a assuntos de relevância prática. A história, por causa da sua acessibilidade a todos, torna o historiador particularmente vulnerável. Ele ou ela

pode refugiar-se (como os seus colegas das ciências sociais e, na verdade, de todas as profissões) na opacidade de uma gíria especificamente criada que está garantida para manter os não iniciados a distância. Mas, procedendo desta maneira, ele não só perde aquela afinidade privilegiada com o seu público como, muito pior, renuncia voluntariamente ao seu papel pedagógico, à sua profunda, ainda que inexpressa, fé na função explicativa (embora não predicativa) da história. Abandona o terreno para os amadores e, pior, para aquela turba de narradores superficiais, na companhia dos quais ele se sente tanto desconfortável quanto se sentia a profissão emergente dos médicos no século XVIII face aos curandeiros que descreveram, sem caridade, como «charlatães».

O resultado é aquilo que alguns começaram a chamar uma «crise da história»¹. O fenómeno não é novo, e o seu próprio reaparecimento em momentos de mudança dramática merece uma reflexão séria pelos historiadores sobre a relação entre aquilo que fazem e o seu público de leitores, dada a ambivalência da função da história na sociedade. Hoje em dia, seja qual for o seu desejo de instruir e não meramente de divertir, os historiadores não podem senão interrogar-se sobre a distância da sua produção especializada dum público socialmente muito diferenciado, mas crescente. A potência de um tal mercado nesta sociedade pós-moderna e essencialmente consumista tem sido avaliada mais habilmente por aqueles a quem os historiadores têm vindo a abjurar como vulgarizadores, que mostram um sentido mais agudo da atracção da narrativa mais simples e legível das vidas e realizações políticas das grandes personalidades, e nisto podem reclamar uma descendência directa de Heródoto, o antepassado de todos os historiadores.

Não é este o momento nem o lugar para desenvolver reflexões acerca desse assunto. Mas poderá servir para realçar a necessidade de os historiadores profissionais responderem deliberadamente aos desafios postos aos seus modelos interpretativos pelas mudanças dramáticas ocorridas nos últimos anos. Porque, se não o fizerem, o abuso da história — que sempre existiu por causa da conveniência do assunto para fins justificativos, triunfalísticos ou puramente declamatórios — até poderia, nas circunstâncias presentes, resultar indirectamente em consequências práticas perigosas. É obrigatório para aqueles de entre nós que estão envolvidos nos postos avançados da investigação histórica tentar sugerir interpretações mais profundas e plausíveis, baseadas em considerações mais distintas e de longo prazo das próprias ambiguidades das formas particulares de desenvolvimento histórico que estiveram na origem e condicionaram as crises correntes. Uma tal agenda ultrapassaria largamente as possibilidades de uma só conferência. Mas num instituto de pesquisa e de cursos para pós-graduados como o Instituto Universitário Europeu, caracterizado pela sua composição multinacional como comunidade de investigadores e pela sua sensibilidade constante em relação às interconexões entre identidades nacionais e europeias, e para um inglês — tendo em conta o hábito dos britânicos de se excluírem daquilo que chamam «Europe» —, parece ser particularmente apropriado, no momento actual, escolher para o tema da conferência 'Jean Monnet' o assunto 'a Europa e o estado-nação'.

Espero que num instituto como o nosso seja aceitável, para um inglês, adotar a estrutura francesa duma conferência académica. O meu seminário dividir-se-á em três partes, a primeira dedicada à Europa, a segunda ao Estado-nação, e na parte final abordar-se-ão algumas considerações sobre as implicações, hoje em dia, da relação entre os dois.

À primeira vista, a especificidade da Europa pode parecer tão óbvia que não merece mais discussão. Seja na forma literária ou na iconográfica, dos narradores da Grécia antiga ou dos cartógrafos da Idade Média e da época pré-moderna, a «Europa» — como nós a chamamos — é representada no centro dum mundo em expansão. É uma imagem que continuou a ser usada, sem ser desafiada, até ao cataclismo da II Guerra Mundial e revelava definitivamente a relativa fraqueza da Europa. Ainda que a cartografia chinesa ofereça uma representação muito diferente do mundo, e a cultura grega devesse muito à colonização fenícia e grega, a visão eurocêntrica do universo não tem sofrido alterações. Na verdade, como argumentou recentemente Martin Bernal, era o próprio sentido da superioridade da Europa que fazia com que fosse riscada do registo histórico qualquer sugestão de origens afro-asiáticas da Grécia antiga².

A nossa auto-imagem da Europa é, obviamente, relativamente recente, certamente não antecedendo a alta Idade Média. Quando escrevemos sobre os gregos e os romanos como fonte da civilização europeia, adaptamos essa ideia a uma dimensão geográfica que teria sido inconcebível para qualquer grego ou romano. A primeira afirmação histórica e politicamente significativa da própria existência da Europa é a reivindicação de Carlos Magno, no ano 800, de ser o chefe dum Sagrado Império Romano, cujo centro veio a ser Aix-la-Chapelle, em sucessão a Roma. Todavia, onde existe uma continuidade ideal da Grécia antiga e Roma até a tempos muito recentes é na definição desta civilização em termos da sua distinção e superioridade em relação aos 'bárbaros' além das suas fronteiras, sejam eles os persas depreciados por Aristóteles, as tribos que invadiram o Império Romano, os árabes e otomanos, ou, mais tarde, os russos³. Em termos antropológicos, esta dependência estrutural do conceito da Europa da existência do 'outro' não tem necessidade de explicação. Menos claro (até ao ponto de levantar pelo menos cintilações de dúvida entre alguns dos escritores do Iluminismo) era a profunda diferença na resposta aos «bárbaros» entre a agressividade expansiva dos europeus e a superior indiferença dos chineses.

O que talvez mereça um comentário é como, na *longue durée*, uma auto-definição dessas influenciou a atribuição dos confins geográficos da civilização europeia. Aquilo que era considerado como a área da cultura europeia por filósofos e escritores do Renascimento, mas especialmente do Iluminismo, não só sofreu periodicamente de mudanças das suas fronteiras, mas também encaixaria mal na nossa definição geográfica moderna da Europa: o Mediterrâneo oriental da Grécia antiga incluía a Ásia Menor, mas excluía a Europa ao norte dos Alpes, a civilização romana incorporava o Norte da África, a identificação da cristandade com a Europa

implicava a retracção da fronteira sudeste com a queda de Bizâncio e uma sucessiva expansão geográfica em direcção do norte, culminando na «terceira Roma» de Moscovo. A identificação milenária da Europa com império e cristandade explica talvez por que razão a historiografia do conceito de Europa está predominantemente interessada no mundo antigo e medieval⁴. O que é evidente é que tanto a procura das origens culturais da Europa quanto as discussões por ela geradas têm pouca afinidade — excepto em termos retóricos ou chauvinistas — com o nosso entendimento moderno e contemporâneo da Europa.

Graças aos escritores do Iluminismo, a Europa adquiriu as conotações particulares que foram transmitidas, sofrendo só pequenas modificações, de geração em geração até ao dia de hoje. Parece-me que é difícil argumentar em termos de uma continuidade histórica ininterrupta do conceito de Europa, dos tempos dos gregos e romanos até aos dois séculos passados, senão como área geográfica (e mesmo assim, como tenho referido, com fronteiras susceptíveis de mudanças). A ideia de Europa como tradição cultural estendendo-se sobre os séculos é, historicamente, muito ambígua, aberta a uma escolha múltipla de versões muitas vezes contraditórias⁵, a mais influente das quais a desenvolvida por Voltaire, Condorcet e Gibbon e elevada a filosofia por Hegel. A ideia de Europa, como nós a entendemos hoje em dia, é um conceito elaborado no Iluminismo, consolidado na era romântica e espalhado através da expansão económica e colonização europeia do mundo no século XIX.

O êxito desta tradição em estabelecer-se como uma realidade histórica exige uma análise dos seus componentes constitutivos. Três elementos são fulcrais para a representação da superioridade da Europa sobre o resto do mundo, elementos esses que adquiriram a plenitude da sua forma durante os cem anos que decorreram entre o *Esprit des lois* de Montesquieu e as revoluções de 1848.

O primeiro e mais extensamente reconhecido elemento é aquilo que Norberto Bobbio tem vindo a chamar a «ideologia europeia»⁶. Assenta na afirmação de que, ao contrário do despotismo merecido por povos mais servís, a tradição europeia de governo foi sempre caracterizada pela liberdade. Em comparação com os 'outros' povos, tanto os súbditos dos déspotas asiáticos quanto as populações indígenas recém-conquistadas das Américas, a direcção europeia era relacionada intrinsecamente com a liberdade do seu governo. A liberdade podia abranger uma variedade de tipos de governo, da república à monarquia moderada. O que era uma constante, pelo menos desde o século XVI, de Maquiavel a Bodin, de Montesquieu a Hegel, com olhares atrás para o *polis* grego, foi a atribuição da superioridade dos Estados europeus à liberdade incorporada na sua administração da *res publica*, que estava em oposição à disposição arbitrária do poder, típico do despotismo, seja ele oriental ou não. A passagem desta definição institucional meramente formal da especificidade do Estado europeu à ideia de Europa como portador de civilização e progresso era só um pequeno passo. Enquanto o progresso científico era a prova conclusiva de superioridade para Condorcet, e a *Weltgeist* para Hegel, a civilização europeia e a sua missão foram identificadas, de forma crescente, com o empreendimento compe-

titivo do individualismo económico. Para Carlo Cattaneo, que escreveu por volta de 1840, a primazia da Europa — contrastando com a uniformidade estática das civilizações orientais — estava assente no conflito dinâmico e na diversidade que tinham gerado o progresso do comércio e da indústria e assegurado a passagem da barbárie feudal ao *incivilimento*⁷. Não muito mais tarde, a missão europeia de Cattaneo, agora também adornada com o som moral do sectarismo cristão, viria a ser universalmente reconhecível na forma do imperialismo europeu da segunda metade do século XIX.

A segunda característica que é indicada como explicação da distinção da Europa é o seu sistema estatal. A presença, numa área geográfica limitada do mundo, de Estados independentes relativamente pequenos, dos quais nenhum era capaz de impor a sua vontade aos outros, já era notada por Montaigne, mais uma vez para realçar o contraste com os impérios atribuídos ao despotismo oriental. A particularidade institucional deste tipo de sistema estatal, que se consolidou na segunda metade do século XVII, tem sido igualada frequentemente com o conceito de Europa por investigadores de relações internacionais, e utilizada até por historiadores de economia como explicação parcial da questão de como a Europa se desenvolveu antes das outras regiões do mundo⁸. Pelo fim do século XVIII, e sobretudo sucedendo à experiência napoleónica, a teorização do relativo equilíbrio de poderes entre os estados do continente europeu no século XIX levava ao desenvolvimento de resoluções concertadas por via de negociações como meio regulador das relações internacionais, sintetizada na expressão o «Concerto da Europa». Um sistema tal que, sustentado pelo entendimento mútuo entre os estados europeus reciprocamente desconfiados e muitas vezes hostis, foi imposto por eles aos vizinhos menos poderosos. O exemplo mais notável, porventura, é o do Império Otomano, cujo sultão, senhor incontestado de territórios cujos povos eram concebidos em termos de religião e de hierarquia social da família, foi obrigado a aceitar a forma constitucional dum estado soberano europeu, legitimando assim as subsequentes intervenções pelas potências europeias⁹. Ainda que o sistema do «Concerto da Europa» fosse prejudicado pela tendência crescente de as grandes potências reterem a sua liberdade de acção, entrando em colapso com as duas guerras mundiais, permaneceu um elemento específico da imagem da Europa, no máximo reproduzido nas outras partes do mundo através da herança do imperialismo europeu.

A terceira característica da tradição europeia pode-se localizar cronologicamente com mais exactidão. Refiro-me aqui ao culto da integração administrativa pelo Estado. Sendo uma característica inerente ao desenvolvimento do Estado absolutista, elevada ao nível de ciência na *Kameralwissenschaft* alemã do século XVIII, o Estado administrativo adquiriu o seu carisma cultural de força modernizadora através da tentativa napoleónica de integração europeia em moldes franceses¹⁰. Fosse directamente, através da experiência da dominação francesa, ou indirectamente, e até em Estados hostis como a Prússia, por medo ou por inveja da eficácia do exemplo francês, o legado da era napoleónica iria impor uma marca particular às práticas e à ideologia dos Estados europeus do século XIX, exceptuando a Inglaterra. A dedi-

cação burocrática e a centralização administrativa reforçaram o papel determinante atribuído ao Estado nas suas relações com cada sociedade nacional. Acima de tudo, não há muito mais exemplos duradouros de intercâmbio cultural que não o da transferência a um nível nacional da depreciação deliberada de Napoleão, uniformizando ordens administrativas, da heterogeneidade histórica, política, cultural, social, intelectual, regional e local da Europa. A construção da nação, como foi aplicada aos Estados-nações europeus dos passados 150 anos, foi, pelo menos no ponto de vista dos dirigentes políticos contemporâneos, identificada até muito facilmente com hostilidade às identidades e lealdades regionais, religiosas ou culturais preexistentes, que eram vistas como ameaças para a identidade nacional, e que portanto deviam ser marginalizadas através de medidas proibindo 'outros' cultos, línguas ou tradições, na expectativa ilusória de alcançar um monopólio de lealdade nacional.

A superioridade da sua civilização, a peculiaridade do seu sistema estatal, a modernidade do seu método administrativo de integração do Estado-nação: eis os três elementos constitutivos da ideia de Europa, como tem sido representada e desenvolvida desde o Iluminismo. Em torno deles delineou-se, do fim do século XVIII à I Guerra Mundial, um processo de civilização reconhecível tanto por europeus quanto por não europeus: a civilização europeia era concebida como um conjunto de fenómenos sociais, tais como formas de sociabilidade, hábitos e maneiras, e até a substituição dum uso tão tosco de violência institucionalizada como a execução pública e a tortura por medidas mais simbólicas, fenómenos que todos foram, duma maneira ou de outra, relacionados estreitamente com o Estado.

Chegou a altura de abordarmos o segundo tema — o Estado-nação.

O conceito de Estado-nação, que é usualmente atribuído à Revolução Francesa, é entendido aqui em dois sentidos diferentes. Por um lado, o Estado-nação é visto como um estado no qual o povo é a fonte da legitimidade, ao contrário do absolutismo dos dirigentes dos Estados do *ancien régime*; por outro lado, a soberania do Estado e a autonomia das suas acções nas relações internacionais são considerados como reforçados pela legitimação derivada pelo Estado da sua identificação com o povo, o que o habilita a exigir até o sacrifício da vida em nome de um valor mais alto e abstracto.

Datar o Estado-nação na Revolução Francesa não significa negar a existência anterior do patriotismo, uma qualidade de lealdade suprema a um lugar ou pessoas que é uma das principais virtudes desde as crónicas mais antigas (tais como os judeus e gregos do Velho Testamento); «*pro patria mori*» é uma tradição bem enraizada na Europa medieval, como Kantorowicz tem delineado muito subtilmente¹¹. É igualmente fácil apontar os exemplos de Estados que existiram muito antes da Revolução, onde, em circunstâncias particulares, geralmente de crise ou de ameaça, as autoridades políticas, administrativas ou religiosas conseguiram obter o apoio daquilo que se poderia designar aproximadamente como comunidade nacional: por exemplo, Portugal na sua reconquista no final da Idade Média, a Inglaterra de Elizabeth no mo-

mento da Armada Espanhola, ou os holandeses quando adquiriram um sentido de nacionalidade através da sua prolongada guerra de independência contra os espanhóis.

Todavia, é mais do que evidente, como tem sido clarificado por historiadores da Europa pré-moderna, que este tipo de laços entre o Estado e os seus habitantes eram excepcionais, até em Estados maiores como a Espanha, e que onde existiram estavam vinculados à 'nação política', isto é, as elites (e, algumas vezes, os seus sujeitos e a sua clientela). As lealdades primordiais eram colocadas num outro lugar, a um nível muito mais local do que o do Estado ou do rei — na família e nos parentes, na aldeia, vila ou região. O que era bem conhecido pelos antropólogos já há muito tempo, tornou-se cada vez mais claro para os historiadores: a lealdade nacional não excluiu outras lealdades — e o período da Revolução Francesa não é uma excepção a esta regra — porque identidade e lealdade podem operar contemporaneamente a níveis diferentes e em harmonia com a situação, com ênfases diferentes. O passado da Europa foi caracterizado pela heterogeneidade das suas sociedades em todos os níveis. Uma tal heterogeneidade evidencia, por um lado, o processo desigual da formação de Estados no decorrer dos séculos, em que só poucos das centenas de Estados que tinham existido na Idade Média e no período pré-moderno evoluíram em unidades mais fortes e grandes. Por outro lado, a heterogeneidade mostra as práticas sociais e culturais, as formas de comunicações e intercâmbios, as redes de poder público e privado, as relações de família e de religião, as amizades e inimizades, as diferenças e relações sociais, aspectos que as autoridades tiveram que ter em conta quando estenderam a sua soberania sobre um território. Isto explica por que o Estado-nação e o nacionalismo, como nós o entendemos, são fenómenos só muito recentes do século XIX.

O nacionalismo foi considerado, por muito tempo, como algo que transcendesse a história, como um demiurgo, permanente, até dado por Deus como um instinto fundamental. Estas interpretações assentaram na suposição de que a nação era implicitamente aceite como um ideal superior a outras lealdades e identidades, e portanto que a realização da independência e unidade nacional era um processo «inevitável» no caminho da história. Para os historiadores nacionalistas, a nação tinha sempre existido, e a luta nacional ocorreu assim quando o «povo» (seja como fosse definido) se apercebesse da sua identidade.

Não é este o momento nem o lugar para entrar numa discussão, por sumária que seja, sobre essa historiografia nacionalista, que marcou tão profundamente — e tão tragicamente — a nossa maneira de entender o presente pela sua visão deformada e forçada do nosso passado nacional. É uma historiografia *ex parte*, que demasiado frequentemente era espalhada oficialmente através de livros escolares e em cerimónias públicas como se não só fosse uma visão consensual, mas também uma visão de participação activa. O auge dessa historiografia coincidia com o apogeu da forma mais exacerbada do nacionalismo na Europa — de aproximadamente 1870 a 1945 — quando era imposta como um instrumento para criar a identidade nacional e

alimentar o patriotismo, tanto nos novos Estados-nações como a Itália e a Alemanha, quanto nos estabelecidos desde havia muito tempo, como a Inglaterra e a França. As transformações sociais dos Estados do final do século XIX, caracterizadas pelo rápido desaparecimento do analfabetismo e a crescente participação política e, igualmente, pela tensão crescente entre os Estados, ofereceram novas oportunidades a essa historiografia unilateralmente nacionalista, como também a tornou imperativa.

Três aspectos da história do nacionalismo merecem a nossa atenção aqui.

Em primeiro lugar, a historiografia do nacionalismo dos últimos 20-30 anos tem clarificado, acima de qualquer dúvida, como o nacionalismo não era inato ao povo dum determinado território ou raça, mas que era construído deliberadamente, baseado na língua e um passado histórico remoto e muitas vezes mítico, todos identificados com práticas populares vistas como prova duma continuidade ininterrupta, através de períodos prolongados de obscuridade ou/e de opressão assim chamada 'estrangeira'. A invenção da tradição nacional pelas elites intelectuais assentava na sua redescoberta de identidade incorporada no povo simples — e por isso 'mais puro'¹². As bases culturais do nacionalismo assentaram na construção e standardização duma das línguas entre os vários dialectos vernáculos e em elementos seleccionados da cultura popular contemporânea. Evidentemente, não é difícil traçar as origens dessa ideia — lembramo-nos, por exemplo, da identificação do *Volk* com a sua língua, de Herder, ao espírito do povo de Hegel; da procura de provas das épocas remotas da humanidade pelos antropólogos do final do século XVIII ao culto romântico do 'primitivo é puro' do século XIX. O que é muito característico deste tipo de nacionalismo, repetido e imitado na Europa do sul, central e oriental, era a necessidade do 'outro' contra o qual se identificava a ideia de *nosoutros* como comunidade nacional, do 'estrangeiro', cuja presença forneceu o catalisador simbólico para a descoberta da identidade nacional. A passagem do nacionalismo cultural à sua expressão política de organização, mobilização e luta (geralmente armada) só era possível mediante a identificação do 'outro', hostil ao *nosoutros* nacional.

Em segundo lugar, é precisamente esta necessidade dum 'inimigo' que explica a aparente contradição, notada sempre pelos historiadores, entre o nacionalismo 'liberativo' do início do século XIX (até 1848, e ainda além deste ano, até à unificação da Itália e da Alemanha) e o posterior nacionalismo agressivo e até xenófobo e anti-semítico desde o fim do século XIX. Uma tal mudança de clima evidentemente existe — não é um *Zeitgeist* irracional, mas historicamente explicável, visto que estava intimamente vinculado às transformações internas dos Estados e externas nas relações internacionais. Todavia, o mecanismo era igual para ambos os períodos, isto é, a afirmação da própria identidade nacional, seja contra minorias vistas como ameaça à integridade do Estado-nação ou como mecanismo defensivo da parte de (algumas destas) minorias, visando o fortalecimento dos seus próprios laços de identidade — principalmente mediante a insistência na língua como expressão de cultura — contra os perigos de assimilação ou repressão.

Existe uma forte continuidade, em pelo menos dois sentidos, nas formas e modelos de nacionalismo que caracterizaram a Europa do século XIX e de boa parte

do século XX. Por um lado, como já referimos atrás, o legado da modernização administrativa herdado da tentativa napoleónica de integrar a Europa foi aceite pelas elites dirigentes, tanto liberais quanto conservadoras, e aplicado dentro dos confins do Estado-nação. A centralização administrativa e uma burocracia poderosa eram encaradas como elementos indispensáveis para o fortalecimento do Estado-nação, particularmente os novos, cuja insistência na lealdade nacional se tornou em intollerância em relação a diferenças regionais ou étnicas. Sem o aparelho administrativo do Estado, teria sido impossível montar os sistemas educativos nacionais linguisticamente uniformes que estavam na base da magiarização ou da russificação — e, igualmente, os da França, Inglaterra ou Itália. Por outro lado, o próprio modelo de Estado-nação, que era derivado da Europa ocidental, tornou-se obrigatório para todos os movimentos nacionais em nascimento. Num mundo de Estados-nações, como notou John Breuilly¹³, era inevitável que aqueles que falaram em nome daquilo que reclamaram como nações oprimidas — tanto na Europa oriental quanto no decrépito império otomano — tivessem que encarar a independência nos moldes do Estado-nação existente, não só em termos de soberania nacional, mas também com pouca tolerância em relação às suas próprias minorias.

O nacionalismo que caracterizou a vida política da Europa oriental e dos Balcãs no final do século XIX era diferente, na medida em que os seus dirigentes tiveram que inventar uma nação como base para o Estado, enquanto na Europa ocidental o Estado tinha precedido a nação. Os polacos puderam reclamar a sua recente existência histórica como Estado, os checos da Boémia puderam basear a sua identidade nacional tanto na sua homogeneidade social e integração económica quanto na sua religião. Todavia, as deslocções constantes da população nesta região vasta da Europa oriental e dos Balcãs, que acompanharam as alterações das fronteiras em consequência de lutas religiosas e políticas seculares e de colonização, fizeram com que todas as tentativas de alcançar a identificação de reivindicações étnicas com reivindicações territoriais através de autodeterminação fossem absurdas e perigosas.

A diferença do nacionalismo do período pós-1890 foi a sua composição social. Na primeira metade do século XIX, os movimentos nacionalistas eram constituídos por pequenos grupos provenientes do meio intelectual, das classes profissionais, dos homens de negócio e latifundiários, e de algumas aderentes entre os artesãos profissionais urbanos. Pelo final do século XIX, a tensão social, as fissuras e o antagonismo entre as classes resultando das pressões do desenvolvimento tecnológico, da penetração expansiva do mercado capitalista, da urbanização e dilatação rápida de comunicações e educação, levaram à aparição duma classe de funcionários e pequenos burgueses semieducados, conscientes da sua posição, e facilmente ofendidos, que viria a mostrar-se um público receptivo ao nacionalismo virulento. Era este tipo de nacionalismo que viria a agravar as tensões que levaram à I Guerra Mundial, que forneceu um terreno fértil para ideologias e regimes autoritários e fascistas, e que actualmente (se me fosse permitida uma observação fora de moda) está a reaparecer depois das prolongadas tentativas muito sérias de muitos dos regimes comunistas no sentido de suprimir os ódios étnicos.

O terceiro aspecto que surge do estudo dos Estados-nações europeus é a própria subordinação do conceito de Europa durante o período em que o poder europeu conheceu o seu auge. Numa era de nacionalismo clamoroso, a representação da Europa teve, essencialmente, dois aspectos diferentes: ou como sinónimo da afirmação do poder económico e político dos maiores Estados-nações europeus através do mundo, ou como forma retórica, para utilizar contra aquilo que foi encarado como a ameaça de 'outros'. A ameaça podia ser extra-europeia, na forma do poder crescente de Estados rivais, expressa na retórica do 'perigo amarelo' (transferido da China ou do Japão) ou do antiamericanismo que influenciou profundamente os intelectuais no período entre as duas guerras mundiais e depois de 1945. Todavia, não esqueçamos que a ameaça podia partir do interior da Europa, como da relutância dos dirigentes de nacionalismos estabelecidos em reconhecer o *droit de cité* de outros, fosse pela distinção discriminatória entre nações 'históricas' e outras nações dum Mazzini, ou nos duros termos da *Realpolitik* dum Bismarck, que recusou as reivindicações dos nacionalistas do Império da Áustria-Hungria com as palavras: «Novas criações neste território não podem senão ter um carácter revolucionário.»¹⁴. Porventura é oportuno lembrar a responsabilidade dos Estados ocidentais em relação ao carácter subversivo do nacionalismo na Europa oriental depois de 1918, com a sua insistência em impor fronteiras que para talvez 20 a 25 milhões de pessoas implicavam um novo estatuto de minoria nacional, com a sua presunção de que a independência nacional devia ser acompanhada pelas suas próprias formas de representação parlamentar (que degeneraram rapidamente por causa de eleições manipuladas e procedimentos ilusórios) e, talvez acima de tudo, com a sua manutenção da dependência económica destes Estados-nações da Europa oriental.

Se a Europa existia como algo mais do que uma mera expressão geográfica, durante muito tempo era historicamente mais caracterizada pelas divisões políticas dos seus Estados-nações do que pelos periódicos projectos cosmopolitas dos seus principais intelectuais.

Chegou o momento de juntar as duas partes do meu discurso, com algumas reflexões sobre as implicações da relação histórica entre a Europa e o Estado-nação.

Vimos como as identidades da Europa e do Estado-nação eram construções culturais do final do século XVIII e do século XIX, e como o conceito de Europa foi elaborado exclusivamente por intelectuais, enquanto a ideia de nação, para se tornar politicamente significativa, requeria um apoio social mais amplo. Historicamente, esta passagem de uma invenção a uma realidade política não só não é inevitável como, nem sempre, e possivelmente nem usualmente, bem sucedida. Todavia, não há dúvida de que pelo fim do século XIX o Estado-nação se tinha tornado numa força ideológica vigorosa, capaz de mobilizar amplos sectores da sociedade, pelo menos em momentos de crise, genuína ou fabricada. O nacionalismo derivou o seu vigor, parcialmente, das profundas transformações da sociedade: o marxismo e as minorias étnicas serviram como o 'outro', contra quem os nacionalistas puderam elaborar uma linguagem anti-socialista e anti-democrática de intolerância, reacção e agressão, que

obteve apoio entre as massas participantes recém-chegadas. Em parte, o próprio processo da construção da nação, com a insistência no patriotismo educativo e militar, instilava gradualmente uma nova lealdade ao Estado-nação, que não era necessariamente superior, ou até incompatível com lealdades étnicas, religiosas ou de classe — pelo menos até que em 1914 a força preponderante dos aparelhos estatais impôs uma camisa-de-força maniqueísta de patriotismo e antipatriotismo.

O resultado disto era a subordinação do conceito de Europa à exaltação do Estado-nação. Não seria impróprio descrever o papel dos historiadores na elaboração destes mitos nacionais no século XX como uma autêntica *trahison des clercs*; o que igualmente explica o seu embaraço e as dificuldades em achar uma maneira satisfatória de encarar os seus passados nacionais¹⁵. Entre 1914 e 1945, a Europa existiu primariamente como foco de excessos nacionalistas sem precedentes, que estavam fundamentalmente em contradição com qualquer pretensão de superioridade da civilização europeia (excepto, talvez, com a sua tecnologia de destruição). É compreensível que, nas décadas após o fim da II Guerra Mundial, a revulsão aos horrores do nazismo e do fascismo, em cujas formas o nacionalismo tinha alcançado o seu paroxismo mais negativo, tivesse que levar a uma aproximação mais restrita do Estado-nação e a uma revalorização do conceito de Europa. É tão-pouco surpreendente que se sentisse uma necessidade generosa de substituir a história dos Estados-nações europeus por uma 'história da Europa', dado o ritmo e o alcance das mudanças no mundo nos últimos 50 anos e as dificuldades na construção e consolidação da Comunidade Europeia — uma estrutura institucional sem precedentes na história da Europa. Mas como é que uma tal história da Europa poderia ignorar a história dos seus Estados-nações, ou evitar resvalar nos mesmos perigos da invenção da tradição, da elaboração dum mito europeu? Porque acreditar que existe uma Europa encaixada na história longa, contraditória e muitas vezes violenta do continente europeu, ou até como a culminação desta história implicaria correr o risco de cair no mesmo engano histórico de determinismo que os nacionalistas criaram para os seus Estados-nações. Tanto quanto as nações só podiam ser criadas após a realização da independência de novos Estados, a construção duma cidadania europeia pertence à agenda do presente e do futuro, muito mais do que ao passado.

Concluindo, voltaremos aos três elementos que identificámos como essenciais para a representação da superioridade da Europa: o seu sistema estatal, a superioridade da sua civilização e o seu desenvolvimento da administração como instrumento de modernização. Onde a Europa em que nós vivemos teve mais êxito — incomparavelmente mais do que os estadistas dos anos entre as duas guerras mundiais como por exemplo Briand — tem sido na medida em que conseguiu construir sobre as experiências terríveis das duas guerras mundiais e transformar o antagonismo hostil das relações entre os Estados numa colaboração pacífica, baseada ultimamente em confiança recíproca. Onde teve menos êxito, num mundo de relatividade pluricultural, foi nas reivindicações de superioridade da civilização europeia, porque estas reivindicações são essencialmente retóricas, baseadas numa visão condescendente do passado europeu, o que está claramente em contradição com as

realidades cruéis e mortais desse passado. Além disso, as reivindicações de superioridade da cultura europeia careciam da tensão moral e dos objectivos específicos que caracterizaram a linguagem dos intelectuais do Renascimento e do Iluminismo, nos quais se fundaram as reclamações da continuidade da unicidade europeia, a não ser que esta superioridade seja identificada, *tout court*, com o capitalismo de mercado ocidental.

O terceiro elemento — a modernização administrativa — requer uma resposta mais matizada. Argumentámos que a identidade particular de cada Estado-nação e a heterogeneidade que caracterizou, e continua a caracterizar, as sociedades europeias são o resultado das lutas e dos compromissos pelos quais cada Estado bem sucedido afirmava a sua soberania sobre as comunidades, com as suas práticas sociais e culturais específicas, de territórios em expansão. A conflitualidade dessas identidades sócio-políticas locais foi absorvida por, mas também transposta para, os Estados-nações maiores e mais complexos, e foi subordinada, através de discursos de solidariedade interna e identidade nacional, para ser dirigida, primariamente, do lado externo, contra os 'outros' Estados-nações. Uma vez forjadas, como observou Tom Nairn, estas identidades nacionais são particularmente resistentes a mudanças e ataques¹⁶.

É indubitavelmente verdade, como mostrou Kaelble¹⁷, que as comunidades nacionais europeias mudaram numa maneira convergente em muitos aspectos fundamentais, particularmente a partir de 1960. Ao mesmo tempo, está fora de dúvida que o poder de todos os Estados europeus tem diminuído, tanto em valores económicos (visto que as economias nacionais perderam a sua autonomia) quanto em termos de influência internacional. A aparição do nacionalismo regional dentro da Europa ocidental e de Leste pode ser associada a este declínio do Estado-nação e está claramente relacionada com as dramáticas mudanças económicas e o 'encolhimento' do mundo através de comunicações instantâneas das últimas três décadas. Esse nacionalismo regional acentuou de certeza o sentido de identidade local na Europa, na própria altura em que as comunidades nacionais ocidentais convergeram através de formas de modernização primariamente económicas.

É problemático, como reconhece Kaelble, atribuir tais desenvolvimentos à Comunidade Europeia, embora a política comunitária tenha dado o seu contributo e os tenha facilitado. O que é notável é a continuidade entre os métodos de modernização a partir de cima pela acção administrativa, adoptados anteriormente pelos Estados nacionais da Europa, e forjados ao nível intra-europeu pela Comunidade Europeia. Só poucos negariam os benefícios económicos deste desenvolvimento sem precedentes, que alimentaram as expectativas utópicas das nações da Europa de Leste. Mas talvez seja permitido a um historiador proferir uma palavra de aviso sobre o corolário da fé na modernização administrativa — a sua tendência inata para impor um modelo uniformizante. Identidades e lealdades não podem ser anuladas, excepto a altos custos, como os Estados-nações aprenderam numa maneira dolorosa. Os Estados-nações europeus ainda estão a aprender que identidade nacional e lealdade nacional não são necessariamente incompatíveis, ou até antagónicos

com sociedades multiculturais e multiétnicas. Quanto mais importante deve ser isto na construção duma identidade europeia (na qual a escrita da sua história tem um papel nada insignificante), tendo em conta a heterogeneidade cultural e histórica que é a própria essência da Europa! Escrevendo sobre a França, o grande historiador Fernand Braudel insistiu na sua diversidade. As suas palavras aplicam-se com uma força ainda maior à Europa: «La diversité est donc fille première de la distance, de l'immensité qui a préservé tous nos particularismes, venus du fond des âges. Mais, à son tour, cette diversité de longue durée a été une force de l'histoire.»¹⁸

* Lição inaugural do Instituto Universitário Europeu, Florença, em 20 de Fevereiro de 1991.

¹ K. Robbins, «National identity and history: past, present and future», *History*, Outubro 1990, 245.

² M. Bernal, *Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, Vol. 1, *The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985*, Londres, Free Association Books, 1987.

³ A. Yanov, *The Origins of Autocracy: Ivan the Terrible in Russian History*, University of California Press, 1981; D. Groh, *Russland und das Selbstverständnis Europas*, Neuwied, H. Luchterhand, 1961; N. Bobbio, «Grandezza e decadenza dell'ideologia europea», in D. Roche (ed.), *Actes du Colloque «Culture et cultures européennes» 28-30 mai 1986*, Florença, E.U.I., 1987.

⁴ H. Pirenne, *Histoire de l'Europe. La Renaissance du Livre*, Bruxelles, 1958-62; D. Hay, *Europe. The Emergence of an Idea*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1968; F. Chabod, *Storia dell'idea d'Europa*, Laterza, Roma-Bari, 1977.

⁵ J. Revel, «L'Europe et sa culture», in Roche (ed), *Actes du Colloque*, cit.

⁶ Bobbio, «Grandezza e decadenza», cit.

⁷ S.J. Woolf, *A History of Italy 1700-1860*, Londres-New York, Methuen, 1979, pp. 333-7.

⁸ F.H. Hinsley, *Power and the Pursuit of Peace*, Cambridge, Cambridge University Press, 1963; E.L. Jones, *The European Miracle. Environments, economics and geopolitics in the history of Europe and Asia*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

⁹ R.H. Davison, *Reform in the Ottoman Empire, 1856-1876*, Princeton, 1963, p. 54.

¹⁰ S.J. Woolf, *Napoléon et la Conquête de l'Europe*, Paris, Flammarion, 1990.

¹¹ E.H. Kantorowicz, *Mourir pour la patrie et autres textes*, Paris, P.U.F., 1984.

¹² E. Kedourie, *Nationalism*, Hutchinson, Londres, 1966; K. Minogue, *Nationalism*, Batsford, Londres, 1967; J. Breuilley, *Nationalism and the State*, Manchester University Press, Manchester, 1982; E.J. Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge University Press, 1990.

¹³ Breuilley, *Nationalism and the State*, cit.

¹⁴ Citado em F.H. Hinsley, *Power and the Pursuit of Peace*, Cambridge, 1967, p. 252.

¹⁵ C.S. Maier, *The Unmasterable Past: History, Holocaust, and German National Identity*, Harvard University Press, 1988; P.M. Kennedy, «The Decline of Nationalistic History in the West, 1900-1970» in W. Laqueur e G.L. Mosse (eds.), *Historians in Politics*, Sage Publications, Londres, 1974; Takayuki Ito (ed.), *Facing up to the past. Soviet Historiography and Perestroika*, Sapporo, Japan, 1989; Robbins, «National identity and history: past, present and future», cit.

¹⁶ T. Nairn, *The Break-up of Britain*, Londres, Verso, 1981, p. 134.

¹⁷ H. Kaelble, *Auf dem Weg zu einer europäischen Gesellschaft. Eine Sozialgeschichte Westeuropas, 1880-1980*, München, Beck, 1987.

¹⁸ F. Braudel, *L'identité de la France. Espace et Histoire*, Paris, Arthaud-Flammarion, 1986, p. 103.